

ACASOS EM CONTEXTOS SOCIOPOLÍTICOS: VIDA QUE VAI, VIDA QUE VEM

Chances in sociopolitical contexts: life that goes, life that comes

Delma Pessanha Neves*

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Texto memorialístico, elaborado por aluna da primeira turma da Escola de Serviço Social de Campos, em celebração aos 60 anos da instituição.

Abstract

Memorial text, prepared by a student of the first class of the Escola de Serviço Social de Campos, in celebration of the institution's 60th anniversary.

Palavras-chave: Re-memorialização. Contexto sociopolítico. Trajetória social. Trajetória acadêmica. Trajetória Institucional

Keywords: Re-memorialization. Sociopolitical context. Social trajectory. Academic trajectory. Institutional trajectory.

Por imediato entusiasmo, ao receber o convite para participar das comemorações pelos 60 anos da implantação do Curso de Serviço Social em Campos, intencionalmente a subsede mobilizadora de alunos/as no Norte Fluminense, elaborei proposta que, ao viabilizá-la neste texto, dou-me conta da complexidade da tarefa que assumi. De imediato: “Que perspectiva adotar para a construção de mais uma das versões memorialísticas integrantes deste primeiro número da Revista Goitacá, todavia, abandonando pretensões intimistas ou egocêntricas?”

Decido-me, afinal, pelo registro de reflexões sobre a sexagenária instituição a partir da minha experiência social de aluna da primeira turma desta escola (1962/66). Oriento-me, em suposto, por análises de contextos radicalmente moralizados como uma expressão de tensões sociopolíticas, tais como por mim, retrospectivamente, percebidos ou crivelmente vividos. Reduzo, por isso, a reflexão às seguintes questões:

- Às condições das lutas em torno da claudicante tomada de posição nas batalhas políticas por disputas de projetos de sociedade. No contexto, tais batalhas eram explicitadas sob severos julgamentos morais excludentes, fundamentados por sistemas de desqualificações que também os constituíam e, em grande parte, assim se reproduziam. Em desaprumo, também reproduziam a problemática política e suas associadas formas de repressão: em jornais locais e estaduais, por relativamente veladas explicitações e em ambientes de confiança sob constante vigilância, mas, principalmente, realimentados e realimentando rumores que predestinavam os riscos que questionamentos políticos então implicavam.

- Às condições das lutas familiares por emancipação feminina, entretecidas por alternativas de participação em um mercado de trabalho específico (de exercício do magistério), mesmo que, há muito, ele estivesse consagrado às mulheres e, até mesmo ou inclusive, orientasse a formação profissional patrocinada pelos pais. Entretanto, por desdobramento da equivalente autonomia familiarmente tutelada, esta inserção, em certos casos, também podia se fazer acompanhar de lutas

por uma participação mais ampla na vida social. Afinal, a partir da condição de trabalhadora assalariada, de portadora da estabilidade de apropriação de um salário mensal, outras alternativas negadas, imprevistas e até mesmo desconhecidas pelos pais, descortinavam-se. *Mutatis mutandis*, esse ambiente social portador de alternativas e de estilos de vida incluía tal mercado de trabalho como suporte e como expressão.

Prosseguindo na explicitação do projeto de redação deste texto, realço, em grande destaque, as condições de interação com as minhas, emergidas por rememoração, colegas de estudo. Diante do atual contexto político de lutas identitárias [especialmente expressivas de embates na reconfiguração de referências para as relações de gênero, ou de combates antirracistas, em outros termos, lutas em defesa da coexistência democrática de pluralismos culturais], elas mesmas correspondem, ao mesmo tempo, à reconhecidas e à combatidas diferenças socioeconômicas que, a despeito de tão abusivas, se reproduzem persistentemente. Como a minha turma na escola de Serviço Social era composta tão somente por jovens mais ou menos adultas do sexo feminino, relevo não se tratar de um fenômeno nada excepcional para aquele contexto, mais à frente ainda retomado. Por isso, neste texto, meu universo de reflexão também incide sobre as questões derivativas dessas relações de gênero, demarcadoras de divisão de mundos de significação e de práticas sociais.

Este universo de análise não me permite uma referência generalizadamente diferenciadora, no entanto reclamada pela distinção eles/elas, sob pena de, ao contrário procedendo, masculinizar de imediato um universo hegemonicamente feminino: apenas heterogêneo em momentos de presença de professores ou do funcionário da secretaria da escola. Um universo feminino, contudo, não apartado do masculino, uma vez que a presença masculina, mediada por nossas próprias referências e paixões, obviamente conduz a feminizar, por contraposto, o mundo absolutamente masculinizado pela perspectiva feminista. Para melhor entendimento das reflexões apresentadas, então ainda destaco: tomar eles/elas como distinção pretendida em absoluto, sem demonstrar como tais relações se constituem, é reafirmar o mesmo preconceito do qual se pensa escapar. Portanto, ao me referir às minhas colegas em uma perspectiva mais generalizante, destacarei apenas essa situacional e essa tão significativa condição das relações de gênero, que se expressou nesta primeira turma da escola de Serviço Social de Campos.

A extensão do Curso de Serviço Social de Niterói para a cidade de Campos, ao menos entre as alunas que mais explicitamente aderiram ao embate de ideias e aos projetos societários, adiante-se logo, por valorização das mudanças sociais nesses termos requeridas, alimentava ou “albergava” as reconhecidas tensões inerentes ao embate entre as perspectivas políticas em questão. O ambiente conflagrado por lutas sociais mais acirradas alcançava, na prática, o questionamento das condições de conformação de posições produtivas fundamentais em uma sociedade capitalista em expansão. A escola de Serviço Social, entretantes, implantava-se atribuindo qualidades do conhecimento científico à visão política hegemônica de combate às desigualdades socioeconômicas: promocional, humanista e contraposta à filantropia.

No contexto em foco, ela apresentava-se como uma perspectiva mais que necessária, porque era viabilizadora da própria implantação da escola que, na prática, exigia uma articulada interseção interinstitucional (com o quadro institucional já instalado), mediante a ação de professoras e de alunas, todas mobilizadas em prol da difusão do conhecimento nesses termos em construção, enfim, em grande parte situacionalmente produzido e reproduzido. Mas, principalmente construção de campos de estágio, investimento fundamental na formação teórica e prática de assistentes sociais, também, como se mostrou, recurso de constituição do específico mercado de trabalho para esta categoria profissional, projetado, quando nada, para o desejado espaço físico e social de abrangência: Campos e demais municípios do Norte Fluminense.

As instituições que acolheram e que sustentaram apoios aos investimentos da diretoria da Escola de Serviço Social em Niterói e das assistentes sociais profissionalmente sediadas em Campos, essas últimas até mesmo emprestando prestígio social próprio, contaram desde logo com pleno adjutório: pela valorização e pela difusão da proposta na imprensa local, mas também e, principalmente, pela concessão de espaço físico pelo chefe da Inspetoria do Ensino de Campos. Mais tarde, a sede do curso - no decorrer do meu período de inserção discente - circulou por outros espaços públicos, ocupando, por exemplo, uma parte do Hospital Álvaro Alvim.

Reajustamentos e/ou transformações da ordem social hegemônica?

Prossigo nas reflexões sobre o contexto de constituição da primeira turma da Escola de Serviço Social em Campos, nestes imediatos parágrafos centrando a análise sobre a percepção pessoal do dinamismo orientado por inquestionáveis necessidades de mudanças, tanto que ele era um tema recorrente ou uma questão social politicamente obrigatória. Por essa referência, avanço no reconhecimento da proposta de docentes dos cursos de Serviço Social de Niterói e de Campos. As proposições elaboradas e legitimadas nesses ambientes eram, à primeira vista, valorativas da praticidade de ressocializações ou de reconversões de posições no mesmo sistema social, ou seja, da perspectiva de mudança valorativa de inegáveis plausibilidades de reajustamentos sociais. As adequações em causa eram melhor perceptíveis a partir do elenco de problemas sociais então reconhecidos, ou em processo de reconhecimento como um problema da sociedade, alcançado por manifestações em indivíduos, em famílias e em comunidades.

A escola de Serviço Social de Niterói reafirmava esse ideário construindo e reconhecendo um corpo de conhecimentos qualificados como científicos, como internalizados e como socializados, mediante programas de disciplina e campos de estágio, bem como a recorrente organização de mesas-redondas, seminários, congressos e encontros, quando distintos pontos de vista de *experts* eram expostos. Por exemplo: a socialização e a ressocialização de crianças, em consonância redimensionadas como abandonadas, como excepcionais ou como trabalhadoras mirins e pequenos jornaleiros, nesses últimos casos, segundo o ciclo de vida correspondente às então prematuras, aceitas e valoradas primeiras formações profissionais. Exemplifico:

- Seminário sobre prevenção de cegueira na escola; constituição e implantação de Serviço Social Escolar; acompanhamento da formação de pequenos jornalistas, etc. De fato, a construção de mercado de prestação de serviços sociais em saúde e de prevenção de doenças eram concebidos como atividades complementares do correspondente quadro institucional vigente de oferta estatal e filantrópica de promoção e assistência social.
- Elaboração institucionalizada do quadro de concepções dos reconhecidos problemas sociais, por constituição de ações profissionais também pautadas em promoção e em reajustamento das famílias: Seminário sobre a tuberculose, sobre o câncer, sobre a importância de vacinação, etc.

Convidando profissionais especializados para discorrerem sobre os temas, o(as) promotores(as) desses encontros – diretores de escola e profissionais habilitados em cada tema – não só criavam as condições acadêmicas e políticas de definição dessas temáticas como problemas sociais ou problemas de sociedade, mas, concomitantemente, também dimensionavam a importância do serviço prestado por assistentes sociais junto às escolas, aos hospitais, às instituições de assistência pública e privada. Portanto, criavam-se e faziam-se reconhecer os conhecimentos e os saberes específicos sobre disfunções ou distorções de ajustamentos sociais, tanto que, por tais enquadramentos cognitivos, eram convertidos em problemas a merecerem ações da sociedade civil e principalmente da instituição estatal.

Integro de imediato, mas retomando as orientações práticas para a instalação da subseção em Campos, a colaboração prestada por nós alunas, que inauguramos tais serviços em hospitais; em escolas, tanto as de ensino fundamental como secundário; em centros comunitários; em asilos ou em abrigos dirigidos à população idosa e desvalida ou destacada pela prática da mendicância e, por fim, complementando, mas sem pretensão de encerrar as tantas alternativas de serviços então integradas, nas já tradicionais instituições de assistência, quase sempre em conformidade com o ciclo de vida e com a categoria profissional, reconhecidas ou em formação, destacadamente, a LBA - Legião Brasileira de Assistência e a recém constituída APAE - Associação de Proteção a Alunos Excepcionais. A primeira, instituição estatal, criada na década de 1950; a segunda, instituição filantrópica, em Campos fundada nesse mais recente contexto de problematização de problemas, assim se reconhecendo sociais.

Ainda refletindo sobre a questão, declino os investimentos no vitorioso reconhecimento da prestação de serviços junto às escolas, mobilização principal para a constituição da primeira turma a que me integrei, com a maior parte das alunas exercendo o magistério em escolas fundamentais. Por volta do final da década de 1960, a administração do Estado do Rio de Janeiro promoveu um concurso interno, dedicado à promoção entre carreiras, abrindo alternativas para professores deixarem a sala de aula e comporem o elenco de profissionais desses serviços específicos, integrados por muitas escolas estaduais, hospitais e tantos outros espaços estatais que, dessa proposição, foram se constituindo.

Esse processo de deslocamento de posição profissional atendeu aos anseios elaborados em prol da constituição e da reprodução da categoria profissional assistente social, tanto que seu resultado foi a expansão e o reconhecimento desse exercício. Também, não esquecendo a

perspectiva já citada, a afirmação de vaticínios exaltados na mobilização das primeiras turmas do curso, aos quais tanto se dedicaram as dirigentes das duas escolas. Leituras de jornais estaduais ou locais da época indicam a insistência das diretoras das duas escolas associadas, visando a fazer valerem os serviços que preventivamente poderiam ser prestados em prol do bem-estar da família e do melhor aprendizado e da socialização secundária d(as) aluno(as).

Oriento a análise por investimentos na valorização de registros emergentes ou iluminados por algumas de minhas rememorações, não obstante associados às condições em que os projetos polarizados de mudanças sociais, naquele contexto, foram geridos por alunas e por professoras do Serviço Social. Se, expressivamente, os projetos anunciados e colocados em prática pelas duas escolas incidiam sobre o quadro institucional do aparelho estatal, visando a ampliá-lo ou a redefini-lo em termos dos novos serviços, valorizados para serem constituídos e prestados voluntária ou involuntariamente, as dirigentes das duas escolas de Serviço Social acolheram, em respeito à autonomia de saberes de cátedra e de postura política, o que, na época, pejorativamente fora qualificado como aluna ou como professor comunista.

Naquele contexto, como – sob lamento – também na atualidade, não era difícil impor essa categorização a pessoas específicas ou a políticos partidários, a diferenciados profissionais e a famílias geralmente “contagiadas” por crenças tornadas públicas por um de seus membros, em especial se militasse por essa perspectiva transformadora do mundo social. Por tais abusos morais, que também incidiam sobre alunas e professores, muitos deles eram assim categorizados, tão somente por serem defensores da causa ou dos direitos sociais e jurídicos dos pobres e dos trabalhadores.

Nesse ambiente tensionado, a organização da sociedade se constituía em questão social, incitando a abertura para leituras distintas das recomendadas por conservadores (categorização de contraponto) programas disciplinares. Esse foi o campo acadêmico e político que muitas de nós, nessa condição, viemos a reconhecer, em que viemos a nos posicionar: admirativamente, assustadamente, provocativamente, militantemente. E se havia algum espaço político para discutir problemas estruturais da sociedade brasileira, tal como fervilhava em outros espaços de poder, vencida a cuidadosa resistência, as discussões eram praticadas especialmente por discentes da escola de Serviço Social de Niterói, politicamente articulados(as) com outros diretórios acadêmicos - de medicina, de economia, de direito, entre outros. Ressalto assim que, nesse espaço social constituído entre os bancos escolares, mas por sociabilidades ampliadas por cada uma de nós, as supostas interpretações extraclasses ganhavam fôlego. De fato, eram discretamente assumidas, especialmente pelas colegas que acumulavam leituras e compreensões desde a perspectiva da transformação da estrutura social.

Impõe-se, assim, destacar a elegância e a afeição das sábias professoras de então, que não deixaram de acolher alunas entusiasmadas com outras proposições de mudanças, melhor qualificando, com transformações de base, tais como eram conceituadas na época. Aqui e ali, tais

colegas colocavam em jogo o confronto de desigualdades moralmente abusivas e inaceitáveis, para as quais o Serviço Social, como prestação de atividades remuneradas pelo Estado, não conseguiria responder no contexto em causa.

Tangencialmente, deslocavam-se os debates sobre a reforma agrária, a legalização do assalariamento de trabalhadores de usina (agrícolas e industriais) e a revisão de valores salariais correspondentes às inerentes atividades, a expropriação de colonos e de moradores de fazenda, a destruição de áreas tradicionalmente ocupadas por posseiros, mesmo que, nesse caso e por tal apropriação, eles estivessem sendo recompensados pelos acréscimos desmandos consentâneos ao momento da abolição da escravatura e mesmo que ainda mantivessem a cumplicidade na prestação de serviços aos fazendeiros. Enfim, essas eram as questões fundantes da exploração capitalista ou contrapostas a mudanças no sistema, segundo a concepção econômica e política aqui considerada, redimensionadas como basilares de todos os chamados problemas sociais e as respectivas injustiças sociais.

Portanto, segundo meu juízo, o curso de Serviço Social, naquele contexto entre 1962 e 1966 – tempo em que a ele me mantive integrada – abrigava os relativos inconformismos da iminente jovem geração universitária. E assim constituía um ambiente discretamente acolhedor para militantes ou para admiradores dessa militância política. Mesmo não assumindo aquelas questões políticas como problemas sociais, tais debates, domesticados, ganhavam alguma visibilidade e facilitavam a formação ou a circulação de categorias de pensamento e de conceitos políticos, fundamentais para reproduzir o campo temático e para reanimar as inserções de alunas referenciadas por lutas em prol de mudanças estruturais.

Essas subdivisões políticas norteavam a formação de subgrupos entre as alunas da turma: umas se silenciando, outras defendendo arduamente pontos de vista contrapostos, salvadores da desejada harmonia social (por vezes sob o manto da religiosidade), outras, ainda, se fechando entre suas companheiras de luta e de identidade política. Enfim, todas as subdivisões eram expressivas da distinção, segundo as restrições à participação de estranhas colegas em universos próprios àquele debate. Reconhecíamos e, cuidadosamente e por descontinuidades, convivíamos em contrapostas visões de mundo. Pouquíssimas alunas explicitavam aberturas de perspectivas para a compreensão e a transformação do mundo. Mesmo reconhecendo a construção diferenciada de pontos de vista para a ação política, elas souberam selecionar e capturar, entre as iniciantes no debate em torno da reestruturação da sociedade brasileira, os merecimentos de confiança e de chances de ressocialização política.

Por tais subdivisões, complemento, mas contrapondo ou sinalizando a requalificada ausência: as questões disciplinares mais demarcadas no curso, tais como aquelas por mim lembradas em parágrafos anteriores, passavam muitíssimo ao largo das discussões em sala de aula. Quanto às ausências, integro alguns dos conflitos sociais enfrentados por trabalhadores: os colonos em luta diante da dissolução do sistema cafeeiro do norte fluminense e a ferrenha defesa

de áreas de terra, mediante grilagem apropriada por impertinentes supostos proprietários, arvorados em autoridade para expulsar, sob bala e incêndio, os lavradores dos casebres de palha e transformar suas lavouras, basicamente de subsistência, em alimentos de gado ou em brasa e em cinza. Ainda perfilando outras situações coexistentes: as greves de trabalhadores de usina, por pressão política, geridas por dirigentes sindicais diante de usineiros e de fazendeiros, em reclamação de direitos trabalhistas já conquistados ou que, por esse jogo de forças, iam se instituindo.

Esses fenômenos de lutas sociais só alcançavam conhecimento público, seletivo ou dirigido, por publicações em jornais locais e regionais. Os detalhes eram cuidadosamente guardados pelos praticantes do projeto de transformação da sociedade que melhor os conheciam, ou seja, sem a mediação de rádios e de jornais. Eram sabedorias privativas das alunas sub-repticiamente categorizadas como comunistas e de seus grupos de referência cognitiva e de mobilização política.

Relevo, assim, o quanto esses processos, tão importantes junto à população dos municípios do então chamado Norte Fluminense, que é o espaço para o qual mais amplamente se dirigia o projeto de implantação da escola de Serviço Social, eram contextualmente escamoteados ou segredados sob muitos cuidados. Adianto o quanto essa encruzilhada me marcou, todavia, desdobrada e de viável compreensão por posteriores estudos a que me consagrei como aluna e como profissional em especialização na disciplina antropológica, pelos quais abri as portas por mim tão desejadas, quando limitadamente só sabia expressá-los pelo manto disciplinar do conhecimento sociológico. Elas vieram a me mobilizar quanto ao gosto pelo saber sobre ações políticas ou coletivas, até hoje me referenciando quanto aos programas de pesquisa a que me dediquei e me dedico, como expressos por alguns dos textos por mim escritos e exemplificados ao fim deste texto.

Poderia seguir por essas reflexões emocionalmente só começadas, mas interrompidas pela racional correspondência à demarcação temporal da edição deste primeiro número da Revista Goitacá. Quando um fio da meada do torvelinho da memória pessoal é desatado, ele suscita tantas e tantas outras associações que, aquilo que inicialmente destaquei como projeto de escrita que se me apresentava de difícil resolução, agora o é para encerramento.

Pela mudança de residência para Niterói, em junho de 1966, lamentavelmente, fui aos poucos perdendo o contato com minhas colegas, também porque elas empreenderam outras mudanças em seus próprios percursos de vida. Em atual tomada de consciência, lembro-me perfeitamente do prenome, mas me esqueci dos sobrenomes. Quero, contudo, aqui exaltar minhas saudosas lembranças de quase todas elas, mas, entre as colegas, duas delas que me marcaram significativamente:

Cireia Lima Gomes, pela honrosa confiança em mim depositada, explicitada mediante comentários tête-à-tête, quanto a interpretações de fatos e de referências cognitivas e de leituras

bibliográficas, para prestar apoio aos lavradores que ocuparam a área do Imbé. Encurralados que estiveram diante das tentativas de esvaziar a ocupação, a eles faltava alimentação básica, de cuja redistribuição participei. Por abertura desse universo de lutas, indiretamente me estimulou a melhor conhecê-lo e protagonizá-lo.

Myrtides da Silva Nunes, merecedora da minha especial atenção e reconhecimento, como no item a seguir exposto, por tão gentil e afetiva colaboração para a abertura de meu universo de sociabilidade e de conhecimentos públicos.

Escola de Serviço Social: ambiente expressivo de afeições transformadoras de destinos sociais

Conheci Myrtides ainda na escola normal, no Instituto de Educação de Campos. Ela migrou com a família de um dos estados açucareiros do Nordeste do Brasil, integrou-se à turma da qual minha irmã mais velha participava e ainda veio a morar relativamente próximo de minha família. Por todos esses laços, desenvolvemos uma sólida amizade, lamentavelmente depois distanciada por razões involuntárias. Mas de tão positiva, sempre se me apresenta por desejável a continuidade dos laços e a atenuação da saudade.

Certo dia do ano de 1962, encontramos-nos no centro da cidade de Campos, espaço para o qual, invariavelmente, todos se deslocavam para o atendimento de muitas das necessidades de serviço e de comércio. Ela, então, me apresentou a seguinte informação:

“Estão criando um curso na Inspetoria de Ensino, com a oferta de disciplinas como Filosofia, Sociologia e Psicologia. Lembrei-me de você, que sei, gosta dessas disciplinas. Depois de terminado o curso, podemos continuar na mesma escola onde trabalhamos, mas fora de sala de aula, colaborando com o melhor comprometimento do aluno. O curso vai funcionar ao final da tarde, dá para a gente trabalhar e depois ir para a aula.”

Eu lhe respondi:

“Não quero deixar de estar em sala de aula, mas teria imenso prazer em continuar estudando essas matérias. Como a gente mora próximo uma da outra e o horário do curso é no fim de tarde e no início da noite, podemos voltar juntas.”

Providenciamos nossa matrícula e passamos a frequentar o curso. Não sei se por desatenção às alternativas que o curso oferecia ou por imediato aproveitamento da desejada oportunidade para continuar estudando, imaginei que se tratava de um curso de extensão à formação de professora do ensino público. E não deixava de ser porque, inicialmente, resumiu, ele visava difundir noções de Serviço Social entre professores, mas não só; além dos ensinamentos em Filosofia, Psicologia e Ciência Política. De fato, com o passar de alguns meses, apresentou-se como curso pré-vestibular, porque outros projetos políticos de professores de escolas isoladas em Niterói se concretizaram. As faculdades e as escolas isoladas de ensino superior de Niterói se constituíram em objeto de construção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Conquistada essa concentração, as dirigentes da Escola de Serviço Social ambicionaram integrar o programa de interiorização do ensino universitário. Passados alguns meses, fomos informadas de

que deveríamos prestar vestibular. Dedicamo-nos a mais esta etapa, mas só após essa demarcação do percurso de estudante universitário, eu pude me dar conta do que poderia ser o Serviço Social e de que a ele me integraria como aluna universitária.

Tanto como atividade de prestação de serviços, quanto como categoria profissional, o Serviço Social era totalmente desconhecido para mim e, suponho, também para Myrtides. O comentário sobre o desconhecimento da profissão só pode ser mais bem avalizado, se levarmos em conta que, salvo engano, só existiam duas assistentes sociais em Campos, acompanhadas de mais algumas poucas visitadoras sociais. Das assistentes sociais, Heloísa Monteiro e Conceição Muniz, suponho que apenas esta última de fato exercia a atividade profissional.

Se me era difícil entender do que se tratava a prática de Serviço Social, muito mais era explicar a meus pais o que estaria estudando e para que serviria. Essas eram perguntas recorrentes, apresentadas pela minha mãe, mas motivo de muito conflito com o meu pai, não propriamente pelo que eu estava estudando, mas por excessivos tolhimentos, em boa parte também cuidados, quando ele argumentava que eu estava voltando muito tarde para casa. A precariedade do serviço de transporte que atendia ao bairro do Jóquei Clube era tão infernal, que até hoje sofro ao lembrar tantos martírios, tantos padecimentos e tantas humilhações a que eu e minhas irmãs tivemos que nos submeter para estudarmos e cumprirmos os horários rígidos de entrada no Liceu ou no Instituto de Educação de Campos.

Os cuidados insistentemente reafirmados por meu pai, eu realmente deveria guardá-los, embora também sinalizassem impedimentos na continuidade do meu projeto de estudo. Com o passar do tempo, as reclamações dele foram sendo cada vez mais eivadas de muita suspeição, integrando questionamentos sobre o que de fato estava fazendo na rua até às 20 horas, caso o serviço de ônibus respeitasse os horários previstos; se não, muito mais tarde. Quando papai e mamãe perceberam que, fundamentada no desejo de expandir minha formação escolar, na prática e por aproximadamente três anos, eu rompia com as regras por eles definidas para o comportamento das filhas, nesse caso me contrapondo por imposição a regras inimagináveis para os dois, principalmente para o meu pai, os conflitos cotidianamente vinham à tona, ampliando ainda mais a atenção de minha mãe que, até minha chegada em casa, permanecia no portão a olhar, protetoramente, a escuridão que praticamente escondia a dita rua.

Diante dessas relações tão conflitivas, a companhia de Myrtides era minha única tábua de salvação. Amparando-me no respeito que meus pais tinham por ela, foi possível, relativamente, minimizar os confrontos alongando-os. Os pais de Myrtides se diferenciavam dos meus: eles eram mais abertos em relação às escolhas e às alternativas apresentadas pelas quatro filhas.

Nossa amizade foi cada vez mais se estreitando pelo recorrente encontro no curso e pelo apoio mútuo em leituras e em trabalhos exigidos por professores. Pudemos também passar alguns dias de férias em passeios ou mesmo em curtas viagens ao Rio de Janeiro, quando era

recebida por parentes da minha amiga, residentes em Botafogo, bairro especialmente privilegiado para, naquele contexto, se viver nessa capital. Nesses momentos fui à praia (enseada de Botafogo), visitei livrarias e comprei livros e conheci grandes lojas de eletrodomésticos, destacadamente a *Tonelux* da Rua Senador Dantas, no centro do Rio de Janeiro, celebrada entre os anos 1950 e 1960, até mesmo porque patrocinava Espetáculos *Tonelux*, programa transmitido pela TV Rio e que nos seduzia com as novas mercadorias, lançadas naquele louvor à modernização dos costumes e à diversificação do consumo. Dessas compras, ainda possuo meu primeiro secador de cabelos.

Conheci teatros no Rio de Janeiro e assisti à comédia musical *Allô Dolly*, com Bibi Ferreira. Visitei o magazine Casa *Slopper*, na rua Uruguaiana, vitrine perfeita do santuário de consumo capitalista. Conheci o supermercado Casas da Banha, que a todos nós mobilizava pelo jingle “Vem dançar o tchá tchá tchá/Casas da Banha!”, tão marcante na memória dos então cariocas e fluminenses, em glorificação das novas mercadorias, especialmente e no caso, os eletrodomésticos. Hoje, olhando pelo retrovisor do tempo e pincelando tais lembranças, poderia admitir que, pela primeira vez, tomava de fato consciência das alegrias imediatas proporcionadas pela sociedade de consumo; e as transferia para minha família, também brindada com presentes, baratos, mas inovadores.

Ressalto então o quanto Myrtildes me viabilizou aberturas de horizontes para universos sociais, naquele contexto tão distantes de minhas alternativas de vida, a circulação em universos de significação, até mesmo pouco imaginados. Não fosse por ela, não teria participado do concurso para as 50 vagas para assistente social, promovido pela Fundação Nacional do Bem-estar do Menor, cuja aprovação sustentou a força emocional e moral do meu deslocamento social, principalmente diante do recrutamento tão imediato que nem me deu tempo de desistir: era pegar ou largar. FUI! Nossa amizade bem exprime o universo social de jovens professoras primárias que, mesmo sendo contempladas com seus primeiros salários por volta de 18 ou 19 anos, para alcançarem a prometida ou anunciada liberdade pelo rendimento, precisavam se pautar em outras pré-condições sociais básicas, viabilizadoras da inserção em outros mundos sociais, especialmente se apresentados por discontinuidades de sucessivas construções do eu ou da pessoa.

Por força de mudanças no padrão de gestão governamental no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1950-60, houve significativa expansão de creches e de unidades de ensino primário, complementadas pelos ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que também integrava algumas escolas de comércio. Nos primeiros anos da década de 1960, estendeu-se, significativamente, a rede de rodovias asfaltadas, interligando distritos num mesmo município ou em municípios vizinhos, com destaque para aqueles do Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro. Os horizontes se abriam por múltiplas dimensões e alternativas, reconhecimento social que sinaliza muitos aspectos políticos, importantes pela derivação de processos de

expansão de quadros institucionais de prestação de serviços à população, tanto que, por desdobramento social, viabilizavam alternativas plausíveis para muitos jovens que, como eu, projetavam outros destinos sociais. Realço assim a importância desses movimentos públicos integrados na reordenação de quadros institucionais, especialmente públicos, tal como a constituição da escola de Serviço Social e outros tantos que foram se acoplando, em termos de criação de diferenciadas alternativas de vida.

O estendido número de professoras selecionadas a partir da década de 1960 por concursos públicos reprogramados pela dispersão de locais de aplicação das provas, isto é, ocorrendo em diversas zonas do estado e, complementarmente, asseguradores da seletiva descentralização da oferta de vagas foram fatores que interferiram não apenas no crescimento de unidades escolares, urbanas e rurais, mas também no comércio de Campos. Iniciavam-se as inaugurações de pequenas butiques destinadas à venda de roupas manufaturadas; de lojas mais sofisticadas de tecidos (que no meu grupo social de origem eram rebatizadas como lojas de roupas de festa) e de lanchonetes, ladeadas pelo comércio de eletrodomésticos e pelas tradicionais casas de instrumentos de trabalho, etc. Enfim, um mundo social referenciado pela expansão do consumo que se descortinava e, aos poucos, dava sinal dos delineados movimentos expansivos dos setores produtivos, tal como também registrava a ampliação de agências bancárias, da mesma forma acompanhada por seletivas lojas de roupas masculinas.

A esse quadro institucional, mormente econômico, conformado por pequenas, mas visíveis distensões, reafirmo, veio se agregar a escola de Serviço Social, que, salvo engano e por pressuposto, abria alternativas para outras escolhas de modos de vida para as jovens e reordenava necessidades e modos de minoração de padecimentos por escassez de recursos financeiros e materiais, equivalentemente, por baixos e por descontínuos salários.

Minha turma na escola de Serviço Social, como já comentei, era constituída de alunas do sexo feminino, a maior parte solteira, vivendo, nesse ciclo de vida, os dramas amorosos a ele específicos, alimentados pela contextual forma de exprimir o valorado amor-paixão, que definia as escolhas – para o bem ou para o mal – dos futuros companheiros. Paixão, contudo, que privilegiadamente deveria incidir sobre jovens da vizinhança e da mesma origem social, assim nos cegando quanto às alternativas de vida encurraladas pela valorização mágica do casamento como imediato destino social. Tanto que, ainda que vivendo as contradições inerentes a este especial envolvimento, também nos tornava propagandistas de consagrações imediatas, pautadas em encontros afetivos definidores de futuros possíveis.

En avant et en arrière

Valorizei essas condições de construção do texto para, definitivamente, recusar-me a pensar o mundo social por pinceladas de minha trajetória de vida, muito menos por originalidades essencialistas decretadas ao fim do percurso e só possíveis se, delas crentes, iludirmo-nos quanto

à possibilidade de projetarmos uma história de vida previamente traçada, como um destino social predeterminado.

Relevada a importância singular e indireta da companhia de Myrtildes neste momento da minha vida quando pude investir na construção de sociabilidades externas à família e ao parentesco, investimento para o qual a escola de Serviço Social também foi espaço fundamental, muito rapidamente destaco algumas outras referências que me orientaram nesta redação. A rigor, nem tão plenamente consciente, porque só foram alcançadas a partir deste dirigido exercício de imagética retrospectiva. Finalizo, então, este texto, explicando o sentido da expressão “vida que vai, vida que vem” apresentada no título do texto, por mim focada porque foi iluminante de motivações não explicitadas em grande parte dos textos que escrevi ou das pesquisas que empreendi. Também explicitadora de reordenados sentidos sociais que me foram inculcados na convivência com colegas e com professores, de mim não apartados, mesmo que, relativamente, seguindo outros caminhos. Minha sensibilidade política e cognitiva de fato aí se forjou ou se acentuou.

Apresentar exemplares da minha produção intelectual, indicando a complementaridade de respostas a motivações construídas e realimentadas no tempo, suponho poder facilitar a compreensão de significações políticas que me impulsionaram na definição de valorizados temas e grupos sociais. Por eles, pude compreender o meu mundo social, de fato as associações mágicas de tantos universos sociais a que, até imprevidentemente, integrei-me. Mundo social que reconheço por reciprocidade da transferência de sentidos de vida e de projeto societário.

Elenco, então, uma restrita sugestão bibliográfica de minha produção acadêmica, selecionada segundo as inflexões emergidas pelas provocativas reflexões suscitadas pela elaboração deste texto. Não deixando de agradecer aos anônimos leitores que comigo até aqui chegaram, mas também povoaram minhas projetadas conversas aqui textualizadas:

- Lavradores e pequenos produtores de cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Por trás dos verdes canaviais. Niterói: EDUFF, 1989.
- Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Niterói: EDUFF: 1997.
- Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF: 1997.
- A construção do futuro e a redimensão do passado. Revista de História Regional, v.2, p.115 - 144, 1997.
- Os trabalhadores tangidos pelo gado. Revista Tempo, Niterói, EDUFF, vol. 4, nº 7, julho, 1999.
- A perversão do trabalho infantil. Lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.
- Do Imbé, novos horizontes. Niterói: Intertexto, 2004.
- Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. Revista Rio de Janeiro, v.18/19, p.9 -38, 2008
- _____ e WIGAND, Luís Carlos. Fé e coragem na tormenta de um delegado sindical. Niterói: Alternativa, 2011.
- Família e trabalho infantil. In: Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos ed. Brasília/Rio de Janeiro: ABA/LACED/CONTRACAPA, 478-484, 2012.
- Remanescentes de quilombolas em múltiplas dimensões. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, p. 218-272, 2012.
- Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O.B. e NEVES, Delma Pessanha (orgs.). Campesinato e Marcha para Oeste. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

- Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. *Retratos de Assentamentos*, v.16, p.15 - 42, 2013.
 - Ocupação do Imbé: conflitos e rumores In: Medeiros, Leonilde S. (org.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final: 559 – 618, 2015.
 - Assentamento e assentado: diversidades contextuais do processo de construção social. *Retratos de Assentamentos*. v.19 (2), p.215 - 244, 2016.
 - Questão agrária: projeções societais em debate. *Textos e Debates (UFRR)*, v.31, p.79 - 106, 2017.
 - Possesiros e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos In: Ditadura, conflito e repressão no campo. *A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, v.01, p. 287-326, 2018.
 - "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo" !!!??? "Está (só) na Globo." *Agricultura familiar é vida e solidariedade*. Silva, Gimima; Puga, Lúcia; Rios, Otávio (orgs.). *Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital: 52-71, 2018.
 - Questão agrária: configuração de disputas por modelos de agricultura. Castro, Edna (org.) *Pensamento crítico latino-americano*, São Paulo, Annablume: 317-351, 2019.
 - Terra e Trabalho: posições sociais produtivas e disputas sociais, Niterói, Alternativa, 2019.
- Ademais, dada a minha construída sensibilidade para os problemas sociais, retomei o aprendizado por formação disciplinar e por pesquisa, assim também socializando estes conhecimentos primeiramente inspirados por minhas inserções institucionais no decorrer da década de 1960.
- Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Revista Ciência Hoje*, v.04, p.15 - 27, 1983.
 - Nesse terreiro, galo não canta. *Estudo da matrifocalidade*. *Anuário Antropológico* 83, p.199 - 221, 1985.
 - La misère en spectacle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, v.25-26, p.61 - 80, 1994.
 - Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v.30-31, p.111 - 134, 1999.
 - Precariedade social, tutela filantrópica e voluntariado In: *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói: Vício de Leitura, v.1, p. 9-41, 2001.
 - O legado da pobreza e a inserção geracional. *Ilha*. *Revista de Antropologia (Florianópolis)*, v.5.1, p.65-89, 2003.
 - O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais. *BIB*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v.55, p.73 - 97, 2003.
 - Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. *Revista de Ciências Sociais, UFCeará*, v.34, p.31 - 48, 2003.
 - A pobreza como legado. *O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira*. *Revista de História Regional*, v.6, p.149 - 173, 2003.
 - Les habitants de rue à Rio de Janeiro (Brésil) : la gestion des intolérances. *Espace et Société*, v.116, 2004.
 - Apresentação do dossiê: Maneiras de beber: proscricões sociais. *Antropolítica (UFF)*, v.15, p.11 - 19, 2004
 - Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ)*. v.20, p.7 - 36, 2004.
 - Vitimização social e tutela filantrópica. *O Social em Questão*, v.17, p.101 - 150, 2008.
 - Itinerários ocupacionais, juventude e gestão de empregabilidade. *Antropolítica (UFF)*, v.25, p.113 - 138, 2008.
 - Mediações sociais e mediadores políticos In: *Desenvolvimento social e mediadores políticos*, Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008.
 - Situação de risco, autoestima e alquimia política: usos e abusos da gestão social In: *Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal: reflexões socioantropológicas*. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.
 - Família conjugal, precariedade de provisões e matrifocalidade. *Antropolítica (UFF)*, v.26, p.83 - 123, 2009.
 - Apresentação do dossiê: Família e sociedade: paternidade e maternidade em questão. *Antropolítica (UFF)*, v.26, p.9 - 18, 2009.
 - Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). *Antropolítica (UFF)*, v.29, p.11 - 35, 2010.
 - Gênero pela perspectiva antropológica. *Caderno Socioambiental*, v.1, p.68 - 80, 2013.
 - Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. *Retratos de Assentamentos*, v.16, p.15 - 42, 2013.
 - Educação x Instrução: problemáticas do campo de prestações de serviços de ensino público In: *Abordagens etnográficas sobre educação. Adentrando os muros das escolas*. Niterói/Rio de Janeiro: Alternativa/Cnpq, v.01, p. 39-68, 2014.

- Políticas de vitimização e direitos sociais seletivos In: *Direitos e ajuda humanitária. Perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 77-104, 2010.

NOTAS

* Delma Pessanha Neves

Antropóloga e professora permanente da Pós-graduação em Antropologia e do Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil, ambos da Universidade Federal Fluminense, e da Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Oeste do Pará. Bolsista de Produtividade pelo CNPq.

E-mail: delmapneves@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6682-0218>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

HISTÓRICO

Recebido em: 21-01-2022 – Aprovado em: 10-03-2022 – Publicado em: 14-06-2022